



CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS E PRÁTICAS DA ECONOMIA FEMINISTA À ECONOMIA SOLIDÁRIA

UM DIÁLOGO

CONTRIBUCIONES TEÓRICAS Y PRÁCTICAS DE LA ECONOMÍA FEMINISTA A LA ECONOMÍA SOLIDARIA

UN DIÁLOGO

THEORETICAL AND PRACTICAL CONTRIBUTIONS FROM FEMINIST ECONOMICS TO SOCIAL ECONOMICS

A DIALOGUE

SERGIO ARCAS DE ABREU

Mestre em Estado, Gobierno y Políticas Públicas pela
Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso Brasil)
abreusergio@hotmail.com

ANA LUÍZA MATOS DE OLIVEIRA

Economista, doutora em desenvolvimento econômico pela
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e professora-visitante
da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso Brasil)
almatosdeoliveira@gmail.com



RESUMO

O objetivo do artigo é apresentar o debate entre a Economia Solidária e Economia Feminista. Busca-se recuperar as respostas da Economia Solidária à desigualdade de gênero, bem como visibilizar as dificuldades, no interior da Economia Solidária, em superar as relações desiguais entre mulheres e homens e a reprodução da divisão sexual do trabalho. Realizou-se consulta a textos clássicos da Economia Solidária, Economia Feminista e relações de gênero, principalmente traçando a caminhada histórica da Economia Solidária e a participação das lutas das mulheres até os nossos dias.

PALAVRAS-CHAVE

Economia Solidária, Economia Feminista, Desigualdade de gênero, Divisão Sexual do Trabalho

RESUMN

El propósito del artículo es presentar el debate entre la Economía Solidaria y la Economía Feminista. El artículo busca recuperar las respuestas de la Economía Solidaria a la desigualdad de género, así como mostrar las dificultades, dentro de la Economía Solidaria, en superar las relaciones desiguales entre mujeres y hombres y la reproducción de la división sexual del trabajo. Fueron consultados textos clásicos sobre economía solidaria, economía feminista y relaciones de género, principalmente sobre el recorrido histórico de la economía solidaria y la participación de las luchas de las mujeres hasta hoy.

PALABRAS CLAVE

Economía solidaria, economía feminista, desigualdad de género, división sexual del trabajo

ABSTRACT

The objective of the article is to present the debate between Social Economics and Feminist Economics. It seeks to recover the responses of Social Economics to gender inequality, as well as to make visible the difficulties within the Social Economics in overcoming the unequal relations between women and men and the reproduction of the sexual division of labor. We consulted classic texts of Social Economics, Feminist Economics and gender relations, mainly tracing the historical journey of the Solidarity Economy and the participation of women's struggles to the present day.

KEYWORDS

Social Economics, Feminist Economics, Gender Inequality, Sexual Labour Division



INTRODUÇÃO

A Economia Solidária tem sido uma estratégia de enfrentamento dos processos de exclusão social e de precarização do trabalho, que acompanham o desenvolvimento do capitalismo, em que se produz riqueza gerando miséria (Oliveira, 2013). Foi definida pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) como

“um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Sem explorar os outros, sem querer levar vantagem, sem destruir o ambiente. Cooperando, fortalecendo o grupo, cada um pensando no bem de todos e no próprio bem. A economia solidária vem se apresentando, nos últimos anos, como inovadora alternativa de geração de trabalho e renda e uma resposta a favor da inclusão social. Compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias, redes de cooperação, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário. Nesse sentido, compreende-se por economia solidária o conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizadas sob a forma de autogestão.”

A base da Economia Solidária está na cooperação, no fortalecimento do grupo e das comunidades, sem a relação patrão e empregado, em que todos os participantes pensam no bem de todos e no seu próprio bem.

As políticas públicas de incentivo e apoio à inclusão produtiva e inserção social, garantidas pela Constituição Federal de 1988, instituídas como direitos, tornaram-se parte da construção de um Estado Republicano e Democrático, que reconhece a existência de novos sujeitos sociais e de novas formas de produção, reprodução e distribuição da riqueza, proporcionando o acesso aos bens e recursos públicos para o desenvolvimento sustentável e igualitário dos seus cidadãos e cidadãs. O papel do Estado frente às ações emancipatórias é o de dar-lhes propulsão e suporte por meio de políticas que disponham de instrumentos e mecanismos adequados para o reconhecimento e o fomento dessas ações.

A partir de 2003 implementou-se no Brasil a política pública de Economia Solidária de maneira estruturada, com prioridade de acesso para pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade social, particularmente aquelas beneficiadas pelos programas de transferência de renda. No processo de implementação da política pública de Economia Solidária, no período de 2003 a 2006, a SENAES buscou implantar um conjunto de ações que visassem o fomento e o fortalecimento das iniciativas de Economia Solidária, enquanto formas de organização do trabalho coletivo e que deram sequência após a estruturação da Secretaria. Com o passar dos anos, a SENAES contribuiu para ampliar a missão institucional do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) no fomento ao trabalho coletivo ao lado de outras formas de trabalho assalariado (ARCANJO e OLIVEIRA, 2017).



Com o passar do tempo, a Economia Solidária foi uma das políticas que mais se expandiu e ganhou adeptos na gestão pública, com a aprovação de leis instituindo políticas de apoio e fomento à economia solidária, com a criação de instrumentos para efetivá-las em muitos municípios e estados do Brasil (200 municípios e 12 estados segundo dados do Fórum Brasileiro de Economia Solidária), muito pelo fato de não se relacionar exclusivamente às questões econômicas (desenvolvimento econômico com viés mais voltado para a dimensão econômica), mas por contribuir para o desenvolvimento solidário e sustentável (desenvolvimento social: geração de renda, inclusão social e produtiva, garantia de direitos, visibilidade, etc), bem como por ser uma ferramenta de enfrentamento à pobreza, à medida que possibilita a geração de renda e o empoderamento, em especial das mulheres.

Sendo assim, com uma presença significativa dentro da Economia Solidária, as mulheres começam a trazer também suas reflexões e inquietações relativas às desigualdades de gênero existentes na sociedade e que, por vezes, acabavam se reproduzindo nos Empreendimentos de Economia Solidária (EES) e também no interior do próprio movimento de Economia Solidária.

Dado esse quadro, o objetivo deste artigo é apresentar a discussão entre Economia Solidária e Economia Feminista e a busca da igualdade de gênero; bem como visibilizar as dificuldades, no interior da Economia Solidária, para superar as relações desiguais entre mulheres e homens e a reprodução da divisão sexual do trabalho. A metodologia utilizada partiu da leitura, análise e interpretação de textos referentes à Economia Solidária, Economia Feminista e relações de gênero.

O artigo é composto por essa introdução, pela seção 2 em que se discute a desigualdade de gênero no mercado de trabalho, a seção 3 em que se discute a desigualdade de gênero na economia solidária, a seção 4 em que são discutidas as respostas da economia solidária à desigualdade de gênero e, por fim, a seção 4, em que são apresentadas considerações finais.

DESIGUALDADES DE GÊNERO NO MERCADO DE TRABALHO

Utilizamos neste trabalho a definição de gênero apresentada por Joan Scott. Segundo a autora: “o núcleo da definição repousa numa conexão integral entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86). Joan Scott afirma que gênero é uma forma de se perceber as relações de poder na sociedade, pois além de estruturar a percepção e a organização real e simbólica de toda a vida social, também estabelece diferenciação no acesso aos recursos, tanto materiais quanto simbólicos da sociedade entre homens e mulheres.

O termo gênero é usado para identificar a construção social do ser homem e do ser mulher. É uma categoria social, ou seja, um instrumento de análise capaz de explicar uma determinada face das relações sociais, assim como classe e raça, em uma determinada sociedade, em uma determinada cultura.



Por essa razão, a Economia Feminista reivindica uma abordagem a partir da noção de gênero que revela as relações de poder no nível público, doméstico e também na religião (GEBARA, 2002:47). Isso exige uma total mudança de paradigmas, pois

...a visão predominante e hegemônica da economia é androcêntrica e patriarcal e está fundamentada nos princípios da economia capitalista, da propriedade privada dos meios de produção, na extração da mais-valia (o trabalho não pago, o lucro) alienação do trabalho e exploração do trabalho e dos corpos das mulheres. Só considera como trabalho aquele que produz lucro. Sendo assim, não valoriza nem visibiliza o trabalho reprodutivo, responsável pelo cuidado com as pessoas e a reprodução da vida, e este sim é realizado pelas mulheres (SANTOS, 2009, p. 5).

Entrando nas formas de expressão da desigualdade de gênero no mercado de trabalho, nas últimas décadas a sociedade brasileira tem presenciado o crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho, porém essa participação ainda é maior para os homens do que para as mulheres, ou seja, os homens ainda são maioria no mercado de trabalho. Além disso, apesar de as mulheres brasileiras apresentarem mais anos de estudo e melhor qualificação que os homens, os últimos possuem salários maiores, melhores vínculos, menor taxa de desemprego e são maioria, ainda, em postos de chefia, como nos mostra o Estudo de Caso sobre o Brasil do Programa de Promoção da Formalização na América Latina e Caribe da OIT:

Considerando o conjunto dos setores de atividade, apesar da melhora registrada para ambos os sexos, em 2012 persiste um diferencial significativo entre as taxas de formalidade em favor dos homens (81,3%, contra 62,3% das mulheres). Este fenômeno é melhor compreendido quando se considera que boa parte da força de trabalho feminina se concentra em atividades mais precárias e de mais difícil fiscalização externa: notadamente nos serviços doméstico e nos serviços coletivos, sociais ou pessoais. (OIT, 2014, p. 7).

Esse avanço, mesmo ainda com um diferencial significativo, pode ser explicado por uma combinação de vários fatores - econômicos, sociais e culturais - que desfavoreceram as mulheres.

Ao fazer essa análise, é preciso ter em mente o quadro mais amplo do mercado de trabalho, seus movimentos de estruturação/desestruturação da regulação do trabalho, nível de emprego e estrutura produtiva. Assim, é preciso lembrar que o mercado de trabalho brasileiro nos anos de 1990 passou por uma consistente reestruturação e esse processo aumentou o número de desempregados e subempregados, impondo de acordo com as circunstâncias contratos de trabalho mais flexíveis, sejam temporários, parciais ou mesmo subcontratos. Porém, vale lembrar que nos anos 2000, houve um comportamento diferente, que levou a uma reversão do processo de desestruturação que vinha acontecendo nos anos de 1990, principalmente quanto à formalização das relações de trabalho:



O mercado de trabalho brasileiro teve um comportamento surpreendente nos anos 2000. Em alguns aspectos, reverteu a tendência de desestruturação vigente nos anos 1990, com queda do desemprego, aumento da renda média dos assalariados e crescimento expressivo da taxa de formalização do emprego. Seguindo na contracorrente do mundo, em especial das economias centrais, a elevação da formalização das relações de trabalho foi talvez a face mais surpreendente desta nova etapa, chamando a atenção de pesquisadores e estudiosos do mundo do trabalho (OIT, 2014, p. 4).

Sobre a questão de gênero, segundo Colombi e Oliveira (2014), nos anos 2000 a desocupação feminina caiu mais do que a masculina, mas continuou sendo quase o dobro e persistiram situações como dupla e tripla jornadas e salários menores. Mas, com a crise do mercado de trabalho, a partir de 2015, as mulheres são as que mais sofrem com a ampliação do desemprego. Uma questão, no entanto, permanece estrutural, seja no período de melhorias do mercado de trabalho como nos anos 2000, seja no período de crise: a repartição desigual do tempo gasto com afazeres domésticos (GIBB e OLIVEIRA, 2015). Os últimos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que, em 2017, as mulheres dedicavam aos afazeres domésticos quase o dobro do tempo que os homens, com uma média de horas semanais de 20,9 horas, enquanto para os homens a média ficou em 10,8 horas por semana (IBGE, 2018).

Explicitar essas diferenças entre homens e mulheres no mercado de trabalho e quanto à repartição do trabalho doméstico é uma das contribuições da Economia Feminista, tal como retomaremos mais adiante.

DESIGUALDADES DE GÊNERO NA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Dentro da perspectiva de superação do desemprego e da vulnerabilidade social, uma parcela de trabalhadores, nesse caso, de mulheres, tem buscado a Economia Solidária. Pessoa, Ramos e Peixoto (2008:11) apontam que a Economia Solidária é vista como forma de resistência e emancipação das mulheres em especial. Outros autores também o fazem:

Devemos também pensar que a atuação das mulheres na economia solidária a partir das atividades geradoras de renda abre a elas um campo para que se tornem proprietárias dos meios de produção, com as mesmas chances que os homens mediante a propriedade coletiva. A renda também é mais bem equacionada entre homens e mulheres, visto que a distribuição do excedente parte do princípio democrático de igualdade de direitos aos cooperados, independentemente do sexo. Nesse sentido, a economia solidária funciona como crítica à economia capitalista que se apropria da desigualdade de remuneração em vista do sexo (CULTI, 2004, p. 20).

No entanto, muitas vezes, nos EES ou nos grupos de trabalho coletivo que nascem a partir dos princípios da Economia Solidária, as desigualdades de gênero são reproduzidas como se



fossem naturais. Dados de pesquisa de 2016 mostram que a maioria do quadro social das EES é do sexo masculino: 803.373 (56,4% do total) contra 620.258 do sexo feminino (43,6%), com uma média de 41 homens e 32 mulheres por EES. No entanto, enquanto as cooperativas possuem a maior proporção de homens (63,8%) dentre as formas de organização dos empreendimentos, os grupos informais são os únicos com média superior de mulheres (63,2%) (IPEA, 2016). Dada essa diferença, podemos retomar Costa (2011), que aponta que há uma análise das relações de gênero dentro dos EES:

(...) os indicadores mais importantes para uma análise das relações de gênero no âmbito da economia solidária referem-se ao tipo de grupo no qual a presença das mulheres predomina: elas são maioria nos empreendimentos menores..., já os homens são hegemônicos nos empreendimentos com mais de vinte integrantes. Os grupos com menor número de integrantes tendem, via de regra, a funcionar na informalidade; acessam poucos recursos, na maioria das vezes do próprio grupo ou de fundos assistenciais de igrejas ou organizações menos restritivas quanto a critérios de viabilidade do investimento e até mesmo ao monitoramento da aplicação. Em boa parte dos casos, as atividades que desenvolvem funcionam como complemento à renda obtida com outras atividades ou por outros membros das famílias (COSTA, 2011, p. 21).

Costa (2011) ainda chama a atenção para a necessidade de uma investigação mais precisa e profunda sobre as razões pelas quais a presença das mulheres se mostra mais expressiva nos grupos e empreendimentos de pequeno porte. Para tanto, destaca:

Ainda que se reconheça ser necessária uma investigação mais precisa sobre as razões para a presença das mulheres se mostrar mais expressiva em grupos com tais características, é possível afirmar que há uma relação entre a 'necessidade' que as mulheres enfrentam de conciliar as atividades que desenvolvem nos grupos dos quais participam com as tarefas no âmbito familiar. Afinal, acessar os complexos mecanismos da formalização e gestão econômico-financeira do empreendimento é algo que demanda um tempo do qual ainda não podem dispor. Os arranjos políticos e econômicos tornam-se os possíveis e refletir-se-ão no dos indicadores relativos aos grupos nos quais a presença feminina predomina. As chances de enfrentar as consequências da informalização ficam mais distantes para as mulheres (COSTA, 2011, p. 22).

Para Costa (2011), por mais que a Economia Solidária tenha como base a ruptura com o modelo de economia tradicional capitalista, ela não consegue por si só trabalhar no seu interior as questões relativas às desigualdades de gênero:

...a solidariedade anunciada pela economia solidária vincula-se restritamente a uma noção de classe que aparece (des)sexualizada, alheia à interseção mantida com aspectos de gênero, etnorraciais, geracionais, entre outros, e às influências determinantes das relações exercidas no mundo do trabalho.



CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS E PRÁTICAS DA ECONOMIA FEMINISTA À ECONOMIA SOLIDÁRIA

A preocupação com o fim de uma sociedade desigual anunciada pela economia solidária parece não incluir as mulheres (COSTA, 2011, p. 24).

Embora a Economia Solidária tenha como um de seus princípios a relação igualitária entre mulheres e homens, na realidade muitas vezes há conflitos. Muitas vezes, nos EES, ou nos grupos de trabalho coletivo que nascem a partir dos princípios da Economia Solidária, as desigualdades de gênero são reproduzidas como se fossem naturais.

Sendo assim, construir um empreendimento autogestionário desafia homens e mulheres a desconstruir valores individualistas e estabelecer relações solidárias, pautadas nos seguintes valores: democracia – decisões tomadas pelo conjunto dos associados e associadas; participação – garantia do direito de decidir e condições para a efetiva participação; igualdade – todos/as têm tratamento igualitário, seja de remuneração, como de acesso à formação e conhecimento, para mesma tarefa e função; cooperação – responsabilidade partilhada na gestão e produção; desenvolvimento humano – concepção da formação como direito de todo/a trabalhador e trabalhadora, numa dimensão humana que possibilite o acesso às novas técnicas e educação integral. Valores estes que buscam o fim de toda e qualquer forma de exclusão/discriminação. Ao organizar um empreendimento solidário de autogestão, deve-se atentar para as desigualdades de gênero, pois há o risco iminente de reproduzir a história da divisão sexual do trabalho e a “falsa” igualdade, que alimenta a estrutura dual construída pela sociedade capitalista (PESSOA; RAMOS; PEIXOTO, 2008, p. 9).

Por este motivo, a Economia Feminista chama a atenção para que essa realidade desigual não seja reproduzida dentro da Economia Solidária. A Economia Feminista visa compreender que as relações entre mulheres e homens, marcadas por um sistema patriarcal, estabelecem hierarquias entre as atividades desenvolvidas por ambos os sexos e vê o trabalho de forma mais ampla, incluindo o mercado informal, o trabalho doméstico, a divisão sexual do trabalho na família, associando a reprodução como fundamental à nossa existência, incorporando a saúde, a educação e outros temas correlatos. A Economia Feminista destaca a relação entre trabalho e gênero e a invisibilidade dos trabalhos exercidos historicamente pelas mulheres e mostra:

...as consequências da divisão com base no sexo, que prevalece nas sociedades modernas ocidentais de forma generalizada, entre “trabalho produtivo”, o trabalho reconhecido socialmente, que possui valor de troca e é realizado no espaço público; e “trabalho reprodutivo”, que é realizado no espaço doméstico e/ou privado e não possui valor de troca. Os trabalhos que ocorrem na esfera doméstico-privada, realizado geralmente por mulheres, receberam historicamente um reconhecimento social inferior em comparação aos trabalhos realizados no mundo público, majoritariamente pelos homens. (LIMA; JESUS, 2017, p. 86).

Na mesma linha, Gebara (2002) aponta que no sistema produtivo atual os homens são seres para si e as mulheres são seres para os outros:



Do ponto de vista filosófico, os homens são seres para si e as mulheres são seres para os outros... Sendo ser para os outros não somos sujeito de direitos. Só o ser para si é sujeito de direitos... Dizer que nós mulheres somos para os outros exige de nós uma subjetividade, nos constrói a partir de uma subjetividade de renúncia, abnegação. Quando se diz que as mulheres são seres para os outros estamos dizendo que elas têm uma qualidade inferior. Por isso, nas causas e lutas das mulheres a maioria dos homens não quer entrar... A questão que o feminismo está lançando é que coisa de homem tem a ver com coisa de mulher e coisa de mulher tem a ver com coisa de homem... O homem subjugado dentro do capitalismo vive sem dúvida a alienação de classe. A mulher subjugada dentro do capitalismo vive a alienação de classe e a alienação de gênero, vive uma dupla alienação. E se for negra, vive uma tripla alienação (GEBARA, 2002, p.46-47).

Por vezes, acaba-se por reproduzir aquilo que é “coisa de homem” e a “coisa de mulher”, quando nos empreendimentos exclusivos de mulheres, onde há um número maior de mulheres, o trabalho produzido é quase que todo voltado para “coisas de mulher”: comida e alimentação, crochet, bordado, costura, artesanato, estética, etc; como se houvesse uma ênfase maior àquilo que é “próprio” do ser mulher, conforme nos quer convencer o mundo patriarcal. Tal visão pode reforçar a repartição desigual do trabalho doméstico e o papel das mulheres em relação ao cuidado com a casa e a família, mas, por outro lado, ao promover uma autonomia financeira da mulher, ela pode modificar os papéis de gênero.

Alguns autores apontam como alternativas na Economia Solidária o incentivo para empreendimentos compostos exclusivamente por mulheres, definição de cotas de participação para ambos os sexos nos diferentes espaços dentro dos empreendimentos mistos, compostos por mulheres e homens.

Por fim, vale lembrar que, apesar das dificuldades nas relações de gênero no interior dos EES, a Economia Solidária segue sendo um lugar privilegiado para a busca de autonomia econômica e emancipação das mulheres na sociedade.

RESPOSTAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA À DESIGUALDADE DE GÊNERO

A partir do que foi apresentado acerca da presença e participação das mulheres na Economia Solidária e da desigualdade que insiste em aparecer e, por vezes, prevalecer na Economia Solidária, há também uma busca de novas relações de gênero no interior desse movimento através da organização em redes de Economia Solidária e Feminista, em que vemos que as mulheres têm se articulado cada vez mais para transformar essas relações no interior dos Empreendimentos e também no interior do movimento de Economia Solidária no Brasil.

No ano de 2011, houve a criação do Grupo de Trabalho (GT) de Mulheres do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, um grupo exclusivo de auto-organização das mulheres. Esse GT de Mulheres do Fórum Brasileiro de Economia Solidária elaborou um documento como forma de



subsídio para a discussão sobre a participação e presença das mulheres na Economia Solidária para a V Plenária Nacional de Economia Solidária que aconteceu no ano de 2012, em Luziânia, GO.

O documento foi um marco importante como forma de visibilizar e também problematizar sobre a participação das mulheres e sobre as desigualdades que existem no interior da Economia Solidária:

As mulheres são a maioria na construção da Economia Solidária. Porém, a igualdade de participação entre homens e mulheres, em todos os seus espaços, ainda é um desafio a ser superado. Não podemos continuar reproduzindo a contradição, afirmando que as mulheres estão de fato em condição de igualdade, sendo que, no cotidiano da ação, isto não se reproduz. Ainda é consistente uma condição de desigualdade entre homens e mulheres.

Esta realidade nos leva a refletir sobre qual tem sido a contribuição dos processos vividos, das mulheres como sujeitos políticos na Economia Solidária, para construção de novas práticas de superação das desigualdades de gênero. Como as mulheres estão neste espaço? Que poder elas exercem ou não? Como a atuação neste espaço tem provocado mudanças concretas em suas vidas? Por que e como a economia solidária pode contribuir para a superação das desigualdades vividas pelas mulheres? (CARITAS; FBES, 2016, p. 12).

Segundo o documento, um elemento fundamental da Economia Solidária, que estabelece relação direta de contribuição com a luta feminista, é a autogestão. Na construção da autonomia das mulheres, a autogestão pode levar a práticas de igualdade, garantindo às mulheres espaços de decisão e representação política (CARITAS; FBES, 2016, p. 13). Esse parece ser um ponto importante de reflexão que o documento, no sentido de avaliar um dos elementos que é fundamental para a Economia Solidária: a autogestão, compreendida como um “exercício de práticas participativas nos processos de trabalho, definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, na direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses” (1º Plano Nacional de Economia Solidária, 2015, p. 41).

E, na perspectiva do diálogo entre Economia Solidária e Economia Feminista, sabe-se que naqueles empreendimentos constituídos somente por mulheres, a gestão é feita pelas próprias mulheres, mas ao pensarmos nos empreendimentos constituídos por mulheres e homens, como ocorre a direção e coordenação dos mesmos? Em que medida se dá essa prática participativa nos processos de trabalho, direção e coordenação? Essas questões são fundamentais, principalmente pelo fato de que o sistema patriarcal molda a sociedade como um todo e, por isso, pensar as nossas práticas no interior dos EES tendo como objetivo a ruptura com esse sistema é um importante elemento para desconstruir as relações que reproduzem a desigualdade de gênero no âmbito da gestão dos empreendimentos.

Sabemos que a participação das mulheres na economia solidária vem garantindo, a elas e suas famílias, geração de renda; que vão se organizando como sujeitos políticos e cidadãs; que vão construindo autonomia econômica, pessoal e política, mas:



CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS E PRÁTICAS DA ECONOMIA FEMINISTA À ECONOMIA SOLIDÁRIA

Como a Economia Solidária se baseia em princípios contra-hegemônicos, pode parecer mais fácil avançar no rompimento com a divisão sexual do trabalho, mas a realidade dos empreendimentos re-produz, na prática cotidiana, estas amarras. As mulheres se concentram em empreendimentos menos valorizados e há uma naturalização do lugar das mulheres nos empreendimentos mistos. As mulheres são ainda minoria nas direções e em outros espaços de decisão e, frequentemente, desempenham funções associadas às tarefas da esfera da reprodução (CARITAS; FBES, 2016, p. 12).

Assim, como mostra o documento, apesar dos avanços a partir da Economia Solidária, ainda persiste um modelo que reproduz o trabalho doméstico (público x privado) e de reprodução (produção x reprodução), onde o que é produzido reproduz o âmbito do privado, e assim, acaba por ser desvalorizado, desqualificado e inferiorizado, pois assim é visto esse tipo de trabalho na sociedade capitalista patriarcal que vivemos.

Além da questão da divisão sexual do trabalho, outro elemento que deve ser considerado neste diálogo entre Economia Solidária e Economia Feminista é a reflexão crítica sobre a divisão entre público e privado, produção e reprodução. Para Flávia Biroli (2014), essa é uma característica do pensamento feminista:

Se há algo que identifica um pensamento como feminista é a reflexão crítica sobre a dualidade entre a esfera pública e a esfera privada. Compreender como se desenhou a fronteira entre o público e o privado no pensamento e nas normas políticas permite expor seu caráter histórico e revelar suas implicações diferenciadas para mulheres e homens – contestando, assim, sua naturalidade e sua pretensa adequação para a construção de relações igualitárias. Trata-se, como definiu Carole Pateman em sua análise das teorias do contrato, de expor a história não contada da construção da esfera pública e dos direitos individuais na modernidade a partir da posição das mulheres. (BIROLI, 2014, P. 31).

Segundo Biroli (2014), não há como separar a esfera pública da esfera privada, a esfera política da vida social, sendo assim, faz-se necessário que abandonemos a visão de que estes espaços da vida são departamentados, que correspondem a determinados lugares ou tempos na vida individual, mas são sim relações de práticas e de direitos inter-relacionados.

Essa crítica feminista leva às relações existentes no interior dos EES e na própria prática do movimento de Economia Solidária, quando se trata de forma desigual as mulheres por conta de sua responsabilidade quanto ao trabalho doméstico ou quanto ao cuidado dos filhos. Para muitas mulheres há uma difícil tarefa de conciliar o trabalho doméstico e a vida familiar com a vida profissional dentro dos Empreendimentos, com a continuidade da chamada jornada dupla ou tripla (Gibb e Oliveira, 2015). Há a necessidade de se ampliar o conceito de trabalho e se perceber que não há separação entre as esferas da produção e da reprodução.

Portanto a Economia Solidária pode contribuir com a luta feminista, na medida em que cria condições de desnaturalizar a separação de público e privado, produtivo e reprodutivo – desconstruindo a



CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS E PRÁTICAS DA ECONOMIA FEMINISTA À ECONOMIA SOLIDÁRIA

divisão sexual do trabalho, recolocando o olhar para o trabalho de cuidado com as pessoas como uma esfera mantenedora e relacionada ao mundo produtivo.

A presença do feminismo no movimento de construção da Economia Solidária, sem dúvida, será determinante para construir, de fato, outra economia com base na igualdade e autonomia de seus sujeitos. (CARITAS; FBES, 2016, p. 13).

A literatura já relata diversas experiências de Redes de Economia Solidária e Economia Feminista, suas práticas, suas propostas e conquistas dentro da perspectiva de empoderamento e autonomia econômica das mulheres. Aqui não iremos analisar as suas ações, mas tomar conhecimento destas redes e de como elas estão desenvolvendo seus trabalhos dentro do movimento de Economia Solidária.

Nesse sentido, voltamos ao início do século XXI para relembrar a primeira experiência, que é a Rede Economia e Feminismo (REF), criada em novembro de 2001 durante o Seminário Feminismo e Economia, que aconteceu em São Paulo com a participação de 33 mulheres de 12 estados brasileiros e também contou com a participação de 22 organizações. A proposta da Rede Economia e Feminismo (REF) é articular ativistas de movimentos sociais, técnicas de organizações não governamentais (ONGs) e pesquisadoras que queiram atuar prioritariamente dentro da temática de economia e feminismo. Sua metodologia busca atuar com núcleos nos estados ou por temas de pesquisas, seminários, atividades de formação e produção de conhecimento, através de grupos de estudo, intercâmbios, bibliografias comentadas e formação de mulheres, lideranças e assessoras de movimentos sociais. Uma primeira ação da Rede Economia e Feminismo (REF) foi um curso de formação sobre feminismo e economia, que se realizou no mês de junho de 2002, cerca de seis meses após a criação da Rede. Além das ações próprias, a REF participa com sua proposta feminista nos vários espaços de articulação que atuam colaborando no debate sobre desenvolvimento e alternativas econômicas.

A Rede Economia e Feminismo (REF) trabalha em conjunto e dialoga com as ações da REMTE (Rede Latino Americana Mulheres Transformando a Economia) e se propõe a fortalecer as ações da Marcha Mundial das Mulheres (MMM) – movimento nascido de uma manifestação realizada em 1995 no Canadá, quando 850 mulheres marcharam 200 quilômetros e lograram o aumento do salário mínimo, mais direitos para as mulheres imigrantes e apoio à economia solidária - na luta de combate à pobreza.

Entre as temáticas trabalhadas pela Rede Economia e Feminismo estão: a teoria econômica feminista, a questão da mulher e do trabalho, a distribuição de renda e o salário mínimo, a ALCA (Área de Livre Comércio das Américas), a questão da soberania alimentar e a Economia Solidária.

A segunda experiência é a Rede de Economia Solidária e Feminista. A sua construção é um desdobramento do projeto Brasil Local: Economia Solidária e Economia Feminista - (2010/2012), que foi desenvolvido através de uma parceria da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) com a Guayí – Democracia, Participação e Solidariedade, uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) fundada em 2001.



Esse projeto Brasil Local mapeou mais de 300 EES compostos por mulheres em 09 estados do Brasil – RS, PR, SP, RJ, DF, PA, CE, RN, PE –, e permitiu o diagnóstico da realidade desses empreendimentos e a condição das mulheres no interior da Economia Solidária.

A proposta da Rede de Economia Solidária e Feminista é valorizar e fortalecer a presença das mulheres na Economia Solidária, contribuindo para que possam alcançar a sua autonomia econômica. Também a rede questiona a naturalização do trabalho doméstico como sendo algo do feminino e, por essa razão, desqualificado como trabalho. Além disso, a rede busca diversificar as possibilidades das mulheres no espaço profissional, para que não sejam relegadas às profissões consideradas “femininas”.

A articulação que a rede propõe possibilita a troca de informações e experiências entre os EES para que possam complementar e fortalecer as suas atividades produtivas e contribuir para ampliar sua capacidade de produção e de negócios.

Atualmente, o projeto desenvolvido pela Rede de Economia Solidária e Feminista visa o fortalecimento da rede e a sua articulação produtiva por segmentos e/ou arranjos locais, desenvolvendo a assessoria para a gestão e a comercialização, buscando dar visibilidade e reconhecimento ao trabalho das mulheres, garantindo a sua autonomia econômica.

Outra ação importante que a Rede de Economia Solidária e Feminista vem desenvolvendo é a construção de indicadores para a Economia Feminista e a articulação com políticas públicas que colaborem com o desenvolvimento local e a sustentabilidade dos empreendimentos em rede. No encontro nacional da Rede de Economia Solidária e Feminista que aconteceu em maio de 2013, foram tiradas algumas metas que podem ser conferidas no seu site: ¹

Por fim, apresentamos a experiência de uma rede que foi fundada em 12 de abril de 2013, onde um grupo de 30 mulheres ligadas à Economia Solidária do estado de São Paulo se reuniu para fundar a AMESOL – Associação das Mulheres na Economia Solidária do Estado de São Paulo.

Esta iniciativa visa articular as mulheres do estado de São Paulo que trabalham com os Empreendimentos Econômicos Solidários. A Associação de Mulheres na Economia Solidária do Estado de São Paulo (AMESOL) é uma “ferramenta importante para a auto organização das mulheres em empreendimentos mistos ou só de mulheres, bem como para dar apoio financeiro para essas mulheres, tendo em vista que um dos seus objetivos é a criação de um fundo rotativo que possa contribuir para a ampliação e qualificação dos grupos”.

As mulheres que compõem a AMESOL são de diversas regiões da cidade de São Paulo e também de cidades próximas no Estado. Organizadas em grupos e cooperativas, produzem desde alimentos orgânicos até roupas e artesanatos, que vendem em eventos e feiras. Junto com a Sempre Viva Organização Feminista (SOF), ONG com sede em São Paulo que faz parte do movimento de mulheres no Brasil e em âmbito internacional, fazem reuniões periódicas para a troca de conhecimentos, a organização do grupo, debates e compartilhamento de informações. Possuem em comum a compreensão da economia feminista e solidária como uma forma alternativa de geração de renda e autonomia, baseada em outros pilares, que não os do lucro, da competitividade e da exploração.

1. As metas da Rede de Economia Solidária e Feminista estão disponíveis em: http://guayi.org.br/?page_id=1584



Também faz parte dos objetivos da AMESOL a formação técnica e feminista para as mulheres da Economia Solidária, o espaço de articulação e a troca de experiência. Em abril de 2016 as mulheres da AMESOL participaram de um curso de comunicação feminista nas redes, que foi ministrado pela SOF e que teve como trabalho final a criação de uma página no *Facebook* que entrou no ar em maio de 2016, como uma importante ferramenta de comunicação e também de visibilidade para a associação, bem como de divulgação de feiras e eventos.

Como vimos acima, estas experiências de rede e de articulação das mulheres em torno das temáticas de Economia Solidária e Economia Feminista são importantes ferramentas para que os EES, principalmente os que são exclusivamente de mulheres possam garantir a troca de experiências, garantindo consequentemente uma autonomia econômica e o fortalecimento da garantia de seus direitos.

Há tantas outras iniciativas de trabalho em rede e articulação de mulheres dentro da Economia Solidária e Feminista, porém, nosso intuito foi visibilizar algumas no sentido de fazer ver a importância da participação das mulheres dentro da Economia Solidária, bem como, da importância e urgente necessidade do diálogo entre a Economia Solidária e a Economia Feminista para revermos as relações no interior do movimento de Economia Solidária em busca da igualdade e emancipação das mulheres e, assim, construirmos outra economia possível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do artigo foi apresentar o debate sobre a Economia Solidária e Economia Feminista para a inserção das mulheres na Economia Solidária. Realizamos uma análise das desigualdades de gênero no mercado de trabalho, seguida das desigualdades de gênero dentro da Economia Solidária e as respostas teóricas e práticas da Economia Solidária à desigualdade de gênero.

A Economia Solidária, em sua perspectiva transformadora, deve ser também um espaço de discussão e combate às outras formas de opressão que não só a de classe, por isso a necessidade de refletir sobre a reprodução das desigualdades de gênero dentro da economia solidária e suas respostas no contexto brasileiro. As questões sobre o gênero das lideranças dentro do movimento da Economia Solidária, tamanho de empreendimentos e sua relação com o gênero e até mesmo as diferenças quanto às atividades econômicas desenvolvidas por grupos com maioria de homens ou de mulheres precisam ser problematizados.

Por outro lado, fica claro ao longo do texto que apesar de o enfoque do mesmo ser as contribuições da Economia Feminista à Economia Solidária, o contrário também é válido: as construções da Economia Solidária no sentido da construção de uma sociedade com um novo modo de produção e relações sociais menos hierarquizadas como hoje no capitalismo são contribuições importantes a serem apropriadas pela Economia Solidária e para o desenvolvimento de novas formas de sociabilidade, levando em consideração as questões de classe e de gênero.

Mas, para a continuidade da redução da desigualdade de gênero dentro da Economia Solidária, com o apoio da Economia Feminista, é preciso também retomar, por parte do poder



público, os instrumentos para a aplicação de políticas públicas (como formação, acesso a crédito, entre outros) que incentivem novas formas de produção. Com a constitucionalização da austeridade fiscal, no entanto, a partir da Emenda Constitucional 95, tais instrumentos ficam limitados: como marco, a própria SENAES foi extinta em novembro de 2016 (Arcanjo e Oliveira, 2017). É preciso discutir a necessidade de retomar as institucionalidades para o fomento das políticas públicas que reduzem as desigualdades, sejam elas de gênero como debate a Economia Feminista, sejam elas de classe como debate a Economia Solidária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARCANJO, Maria Antonia Silva e OLIVEIRA, Ana Luíza Matos (2017) *A criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária: avanços e retrocessos*. Revista Perseu, São Paulo, Centro Buarque de Holanda, volume 13, p. 231-249.

CARITAS; FBES (2016) Caderno sobre Economia Solidária e Feminista, Brasília.

COLOMBI, Ana Paula; OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de (2014) Gênero e mercado de trabalho nos anos 2000: avanços e contradições Acesso em: 30/04/2018 Disponível em: shorturl.at/dEPY0

COSTA, Jussara (2011) Mulheres e Economia Solidária: hora de discutir a relação! Sociedade e Cultura, Goiânia, v. 14, n. 1, p. 19-27, jan./jun. 2011.

CULTI, Maria Nezilda (2004) Mulheres na Economia Solidária: Desafios Sociais e Políticos.

GEBARA, Ivone (2002) Cultura e Relações de Gênero, São Paulo, CEPIS.

GIBB, Lygia Sabbag Fares; OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de. (2015) A Desigualdade na Distribuição do Trabalho Total no Brasil: A Quem Favorece?. Pesquisa & Debate (São Paulo. 1985. Online), v. 26, p. 87, 2015.

IBGE (2018) Mulheres continuam a cuidar mais de pessoas e afazeres domésticos que homens. Agência IBGE de notícias. Acesso em: 20/03/2020 Disponível em: shorturl.at/ayJK0

IPEA (2016) Os novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil: nota metodológica e análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos. Relatório de Pesquisa. Acesso em: 20/03/2020 Disponível em: shorturl.at/dftIU

LIMA, Márcia Maria Tait; JESUS, Vanessa Brito de. (2017) Questões sobre gênero e tecnologia na construção da agroecologia. Scientiae Studia, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 73-96, junho 2017. Acesso em: 09/07/2017. Disponível em: shorturl.at/bfgCX.

OIT (2014) Estudo de Caso: Brasil. Notas sobre a formalização. Disponível em: shorturl.at/cmGMT

OLIVEIRA, Ana Luíza Matos (2013) Regulação estatal das relações de trabalho no capitalismo contemporâneo: uma crítica ao discurso da flexibilização e desregulamentação. Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Economia da Unicamp.



CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS E PRÁTICAS DA ECONOMIA FEMINISTA À ECONOMIA SOLIDÁRIA

PESSOA, Cleudes; RAMOS, Jeannette F.P. e PEIXOTO, Socorro L.F. (2008) Economia Solidária e Feminista: reflexões em torno da autonomia econômica das mulheres. Setembro de 2008. Acesso em: 20/03/2020
Disponível em: shorturl.at/gzDKZ

SANTOS, Graciete (2009) Economia Solidária e Feminista um encontro possível. Acesso em: 20/03/2019
Disponível em: shorturl.at/xyOQU

SENAES (2009) Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005-2007, ANTEAG, São Paulo, Todos os Bichos, 2009, p. 37-40.

SCOTT, Joan (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: Educação e Realidade, vol. 20, nº 2, Porto Alegre, jul./dez. 1995, p. 71-99.